



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

EDWIN LUTH ARAÚJO RIBEIRO

**RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA?! GOLPE CIVIL-MILITAR NO
ESTADO DA PARAÍBA E SEGMENTOS DE LEGITIMAÇÃO**

**GUARABIRA-PB
2017**

EDWIN LUIH ARAÚJO RIBEIRO

**RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA?! GOLPE CIVIL-MILITAR NO
ESTADO DA PARAÍBA E SEGMENTOS DE LEGITIMAÇÃO**

Artigo apresentado ao Programa de Graduação em História do Centro de Humanidades Osmar de Aquino da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em História.

Área de concentração: História Política

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto

**GUARABIRA-PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do Trabalho de Conclusão de Curso.

R484r Ribeiro, Edwin Luith Araujo.
Responsabilidade compartilhada? [manuscrito] : golpe civil-militar no Estado da Paraíba e segmentos de legitimação / Edwin Luith Araujo Ribeiro. - 2017
40 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

*Orientação : Prof. Dr. Francisco Façundes de Paiva Neto ,
Coordenação do Curso de História - CH.*

1. Agentes sociopolíticos. 2. História Política. 3. Golpe civil-militar - Paraíba.

21. ed. CDD 981

EDWIN LUIITH ARAÚJO RIBEIRO

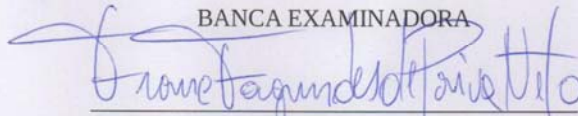
RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA?! GOLPE CIVIL-MILITAR NO ESTADO DA
PARAÍBA E SEGMENTOS DE LEGITIMAÇÃO

Artigo apresentado ao Programa de Graduação
em História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciatura Plena em História.

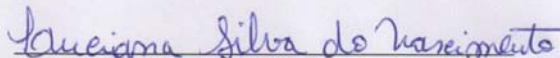
Área de concentração: História Política

Aprovada em: 22/11/2017.

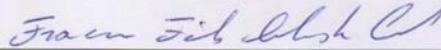
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Luciana Silva do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

De início toda honra e glória a Deus, pois é senhor da vida! E ao me concede-la, contemplou-me com saúde para lutar e realizar meus sonhos. Para Deus tudo é possível.

As mulheres da minha vida: Mirian Araújo dos Santos (mãe), Ana Paula Nunes da Silva Ribeiro (esposa) e Maria Lúcia Araújo dos Santos (avó). Sem elas não teria logrado êxito nos desafios do cotidiano. Vocês representam meu reduto de aconchego, bonança e amor.

Aos demais familiares pelo incentivo e estima, especialmente de meus irmãos, Petrônio Martins dos Santos Junior e João Lucas Araújo Martins.

Ao professor Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto pelas indicações de leituras, ponderações e paciência ao longo dessa orientação. Muito obrigado!

A coordenadora do curso de Licenciatura Plena em História, Naiara Ferraz Bandeira Alves, por sua ajuda e conselhos durante o trajeto de minha formação.

Aos senhores Luís Galdino Ribeiro (pai) e Lucas Tomaz dos Santos (avô), embora fisicamente ausentes, foram determinantes durante minha jornada até aqui (in memoriam).

Aos professores do departamento de História da UEPB campus III, em especial aos queridos(as): Carlos Adriano Ferreira de Lima, Juvandi de Souza Santos, Azemar S. dos Santos Junior, Edna Araújo de Nobrega, Elisa Mariana M. de Nobrega, Tiago Bernardon de Oliveira e Gilvan Torres, pela contribuição ao longo de minha jornada na academia. Agradeço também ao professor Rafael Francisco Braz (departamento de Letras), pelo incentivo e ponderações sobre língua portuguesa.

Aos meus discentes e companheiros de trabalho da E.E.E.F.M. Odilon Nelson Dantas do município de Cuitégi-PB, especialmente aos gestores e professores da respeitável instituição de ensino.

Aos educandos(as) e ex-colegas de trabalho da E.M. José Tomaz de Aquino, do município de Cuitégi-PB. Agradeço pela oportunidade dada e pelo aprendizado.

Aos companheiros de curso e funcionários pelos momentos de companheirismos e atendimento quando nos foi necessário.

“A função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer.”

Peter Burke

SUMÁRIO

<i>1</i>	INTRODUÇÃO.....	07
<i>2</i>	DESENVOLVIMENTO.....	10
<i>2.1</i>	Da crise ao golpe: João Goulart e o jogo sociopolítico.....	10
<i>2.2</i>	Igreja Católica: as tensões internas diante da emergência do regime militar.....	20
<i>2.3</i>	Manchetes e constatações: mídia conservadora, elitista e anticomunista.....	26
<i>2.4</i>	Política paraibana: ações de legitimação e expurgo político.....	31
<i>3</i>	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS.....	37

RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA?! GOLPE CIVIL-MILITAR NO ESTADO DA PARAÍBA E SEGMENTOS DE LEGITIMAÇÃO

Edwin Luith Araújo Ribeiro¹

RESUMO

Excitação sociopolítica e discordâncias ideológicas foram alguns dos elementos presentes no contexto e conjuração do golpe civil-militar de 1964. Atentando para a pluralidade de agentes e interesses envolvidos neste cenário, o presente trabalho tem intuito de analisar o quadro político-social brasileiro com o objetivo de compreender as articulações de setores da Igreja Católica, imprensa tradicional, política paraibana e exemplificar suas respectivas ações anticomunistas, opositoristas a João Goulart e/ou de legitimação do golpe civil-militar de 1964 no Estado da Paraíba. A proposta justifica-se em virtude da necessidade em colaborar para o avanço deste debate historiográfico e prestigiar a historiografia regional e seus esforços de progressão. Empregam-se como fontes da pesquisa qualitativa: artigos, monografias, dissertações, livros e etc. Nossa fundamentação bibliográfica baseia-se em Machado (1980), Reis Filho (2000), Dantas; Nunes e Silva (2014) que foram fundamentais para acrescentar embasamento rente à temática da pesquisa. Norteados pela coletânea “Por uma história política”, de René Rémond (2003), e suas diretrizes sobre o campo político e seus (novos) objetivos de investigação, almejamos conceber reflexões sobre os agentes sociopolíticos avaliados e suas respectivas contribuições mediante o golpe de 31 de março de 1964 na Paraíba. Acreditamos que os ganhos serão transformados em aulas mais agradáveis e produtivas para os discentes, especialmente para os paraibanos.

Palavras-Chave: Golpe civil-militar de 1964 no Estado da Paraíba. Agentes sociopolíticos. História política.

1 INTRODUÇÃO

A história política, na contemporaneidade, experimenta momento de ressignificação e apreciação acadêmica desde meados de 1980, após romper com academicismo vigente. Os valores acrescidos ao campo da (nova) história política tendem a potencializar a zona de atuação de historiadores ligados a essa área de investigação. Entre novos horizontes e perspectivas, percebemos a importância de analisarmos laços entre política e coletividade tendo em vista compreender sociedades e estruturas socioeconômicas, assim como dinâmicas entre processos políticos internos e externos e suas consequências para os estados nacionais.

Norteados pela coletânea “Por uma história política”, organizada por René Rémond²(2003), percebemos que os caminhos tradicionais do estudo político – eleições, guerras e

¹ Concluinte do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

biografias – dividem espaços com novos objetos de análise, por exemplo: opinião pública, mídia e discurso.

Destaca-se o contato da história política com outras ciências sociais e suas trocas com essas disciplinas, salientando sobre os benefícios das relações entre história política e: “sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, linguística, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço” (RÉMOND, 2003, p., 29). Conceitos, técnicas de pesquisa, novas problemáticas e análises estatísticas e de discursos, foram alguns ganhos mediante essa interdisciplinaridade (RÉMOND, 2003).

Em vista o apogeu alcançado anteriormente pela história econômica e social – atualmente observamos o entusiasmo dos historiadores em relação ao cultural –, Rémond (2003) ressalta que o estudo da política ressurgiu e sua atenção se concentra mediante relações entre política e classes sociais, crenças religiosas, meios de comunicação, agentes culturais e relações internacionais. Em vista o campo de observação da história política, o historiador francês argumenta que:

[...] As fronteiras que delimitam o campo do político não são eternas: seu traçado conheceu muitas variações ao longo da história. Em nosso século, a evolução se fez no sentido da extensão: pode-se dizer que também o universo político está em expansão. Sob a pressão das circunstâncias que criavam situações insólitas, de guerra total, de crise de uma gravidade sem precedente, e também para satisfazer às demandas de uma opinião pública que se voltava espontaneamente para os poderes públicos para responsabilizá-los por suas desgraças, ou exigir que as remediassem, sob a influência enfim de teorias que sistematizavam e legitimavam a intervenção do Estado, a política se apoderou de toda espécie de problemas que não lhe diziam respeito inicialmente, e com os quais a história política jamais tivera antes, portanto, de se preocupar. À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. (RÉMOND, 2003, p. 23-24)

A ampliação dos domínios estatais e, por consequência, dos domínios políticos, nos permitem trafegar e dialogar com uma variedade de agrupamentos sociais, baseando-se nas relações estabelecidas entre ambos os setores e o político em dado momento. Visto a gama de possibilidades que a (nova) história política oferece ao historiador, iremos usá-la como suporte para avaliar a atuação de setores religiosos, midiáticos e políticos do estado paraibano³ em meados de 1964.

² Historiador e analista político francês, Rémond foi um dos célebres estudiosos da história contemporânea. Escreveu diversas obras sobre política e defendia o ressurgimento da história política e suas novas perspectivas e abordagens.

³ A análise do contexto paraibano foi possível graças à obra: Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania / Elder Dantas, Paulo Giovanni Antonino Nunes, Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 344 p.

Percebemos que a tríade mencionada foi fundamental para abalar as estruturas do governo Goulart, caso de empresas jornalísticas paraibanas, por exemplo. Setores da imprensa tradicional e da Igreja Católica atuaram também no combate ao “comunismo” vigente, visto o estado de instabilidade e medo que fora criado em meados de 1964. Políticos regionais contribuíram com a legitimação do projeto (golpe) civil-militar no estado paraibano.

Sabe-se que outros fatores circunstanciais, como por exemplo: a polarização política-ideológica oriunda da guerra fria e sua dimensão na esfera social brasileira, foi outro responsável por todo o processo analisado. Tendo em vista o uso da história política para analisar os setores sociais e seu envolvimento com o político, o historiador destaca que:

[...] o político é aquilo que tem uma relação direta com o Estado e a sociedade global, ele não se reduz a isso: ele se estende também às coletividades territoriais e a outros setores por esse movimento que ora dilata e ora encolhe o campo do político. Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido uma relação com o político: existe uma política para a habitação assim como para a energia; a televisão é um investimento político, o sindicalismo intervém no campo das forças políticas. (RÉMOND, 2003, p. 444)

Atentando para a dimensão do campo político e sua interação com diversas estruturas sociais, é possível compreender relações de convergência entre projetos políticos e grupos sociais. Para Bourdieu (2003, p. 159): “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais, e, sobretudo, grupos”. Bourdieu⁴ (2003) nos permite o entendimento que o poder simbólico é capaz de estabelecer uma realidade e uma organização de mundo, por isso tal poder é capaz de reger uma ordem social e legitimar a dominação de uma classe sobre outra, de modo que a classe produtora e reprodutora do poder simbólico consiga conservá-lo através de suas ações.

Considerando o esquema proposto por Bourdieu (1988) sobre estruturas estruturadas e estruturantes, reconhecemos instrumentos simbólicos de integração social, que, através da produção de conhecimento e comunicação, são capazes de produzir um consenso social. Uma realidade de mundo.

Sabe-se que as classes dominantes do país controlavam a maior parte dos meios de comunicação, usando-os para difundir suas ideias e torná-las, em grande parte, hegemônicas. Observamos que parcelas das elites dirigentes do Brasil não nutriam apreço ao governo João Goulart e suas reformas taxadas de “comunistas”, entende-se, portanto, que esses setores dirigentes e conservadores articulados aos interesses do capitalismo externo foram, também,

⁴ Sociólogo e renomado pesquisador francês. Destacamos seu texto: BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

responsáveis pela derrocada de Jango e a ascensão do projeto militar de interferência política no país.

Considerando a amplitude da problemática e a necessidade em contemplar o objetivo proposto, nossa intenção se resume em destacar ações dos segmentos analisados com base em autores que avaliaram os setores de maneira isolada e aprofundada.

O presente artigo será dividido em dois momentos-chaves, a saber: Da crise ao golpe: João Goulart e o jogo sociopolítico. Neste capítulo nos confortaremos em recapitular episódios marcantes de tal conjuntura com intuito de facilitar o entendimento do processo de radicalização da crise política governamental e a ascensão militar ao poder. Enfatizamos que os processos conjunturais que se sucedem de setembro de 1961, às últimas semanas de março de 1964, são abrangentes e complexos demais para discutirmos neste artigo.

No decorrer do desenvolvimento traremos três seções para analisarmos: Igreja Católica: as tensões internas diante da emergência do regime militar; Manchetes e constatações: mídia conservadora, elitista e anticomunista; Política paraibana: ações de legitimação e expurgo político. Por fim apresentaremos a conclusão do trabalho. Atentando para o objeto de pesquisa, exemplificaremos como os segmentos políticos, religiosos e midiáticos na Paraíba colaboraram para o golpe de Estado deflagrado contra João Goulart.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DA CRISE AO GOLPE: JOÃO GOULART E O JOGO SOCIOPOLÍTICO

De início o governo João Goulart desempenhou um papel de ambiguidade política – leia-se política conciliatória – visto uma conjuntura⁵ movida por uma pluralidade de interesses de classes, de setores oligárquico-industriais, de segmentos políticos e militares, e, por fim, do capital transnacional. Compreende-se que às idas e vindas de Jango e seus sucessivos desgastes contribuíram com o início da sua deposição.

Para Machado⁶ (1980), as combinações de fatores, cujos mesmos perpassam crises situadas nos quadros econômicos, políticos, sociais e militares, deixa nítido que o levante dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica, ocorrido em setembro de 1963, se configura como o

⁵ No intuito de compreender tal conjuntura sociopolítica moldada por tantos agentes e interesses distintos, recomenda-se a leitura de: HIRSCH, R. A. D.; DREIFFUS, R. ; 1964: A Conquista do Estado - Ação Política Poder e Golpe de Classe.. PETROPOLIS: VOZES, 1981.

⁶ Sua obra foi importantíssima para nossa reflexão e produção textual sobre o governo João Goulart. Recomendamos desse modo à leitura de: MACHADO, Luiz Toledo. Formação do Brasil e unidade nacional. São Paulo, IBRASA, 1980.

ápice de uma crise hierárquica, cuja conivência do presidente João Goulart deflagrou a entrada mais efetiva dos militares no contexto político, através de uma posição de ruptura, caracterizada como mais um golpe de Estado na história da república brasileira.

Antes de continuarmos nossa interpretação sobre os episódios mencionados, será necessário averiguar, de maneira sucinta, o quadro político-social mediante a renúncia de Jânio Quadros e tratar sobre as problemáticas enfrentadas por João Goulart para regressar ao país e tomar posse da presidência.

É com a renúncia de Jânio Quadros (UDN), em 25 de agosto de 1961 – o último representa a oposição “conservadora” e vencera as eleições presidenciais de 1960 – que percebemos o agitado quadro político vigente no país. Machado (1980) aponta as seguintes situações: crise econômica, incompatibilidade entre a política de “austeridade” monetária e as exigências de políticas sociais, e, por fim, os interesses do capital externo.

Salienta-se que esse panorama político e econômico conflituoso foi herança de governantes anteriores a Jânio Quadros, caso dos governos de Getúlio Vargas (1951 – 1954) e de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). O vice-presidente e líder trabalhista, João Goulart (PTB), que visitava a China Comunista com o intuito de estabelecer relações diplomáticas, enfrentou dura resistência imposta pela ala conservadora ao seu regresso.

Dispositivos políticos-militares alegavam que Jango representava uma ameaça à segurança nacional e não aceitariam seu retorno, cuja real implicação seria a sua posse. Esses grupos de oposição eram formados por “militares conservadores, udenistas reacionários e grupos femininos da classe média, [...] uma defesa incansável do tradicionalismo católico, do elitismo e da exclusão [...]” (DAHÁS, 2010, p. 82). Os reclames dos setores da direita e sua campanha oposicionista não impediram as manifestações pró Jango que emergiram no país.

O governador sul rio-grandense, Leonel Brizola⁷, liderou o movimento conhecido como “Campanha da Legalidade” com o objetivo de garantir a posse constitucional de Jango como Presidente da República. João Goulart tinha outros partidários, como por exemplo: O movimento sindical paulista, seus companheiros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), segmentos da Igreja Católica do Rio Grande do Sul, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o III Exército – liderado pelo General Machado Lopes. Favorecido por esses grupos de apoio, Jango desembarcou no país e assumiu a presidência no dia 7 de setembro de 1961.

⁷ Liderança popular, nacionalista e de esquerda que tendeu a incentivar João Goulart a realizar as reformas de base, em especial a agrária, de modo constitucional ou não (FERREIRA, 2003).

As forças conservadoras aceitariam o regresso de Jango haja vista evitar uma situação de conflito que fora sinalizada por Machado e Brizola: “[...] Para frustrar as possíveis articulações da oposição: Goulart entraria no Brasil via Rio Grande do Sul; se a Marinha ameaçasse intervir, Brizola reagiria mandando afundar alguns navios para impedir o acesso a Porto Alegre” (SANTANA, 2007, p. 19). Percebendo tal situação de risco, as alas conservadoras resolvem negociar. A solução para o problema veio logo em seguida com a instauração do parlamentarismo, algo inusitado até então. Cabe enaltecer que o cenário político nacional e internacional era marcado por uma inegável polarização ideológica advinda da Guerra Fria.

De acordo com Hobsbawm⁸ (1995), a guerra fria se configurou, em termos gerais, por uma retórica apocalíptica – com ênfase para o lado norte-americano – de intimidações e demonização do lado oposto. Todavia, Hobsbawm (1995) descreve que não existia o perigo eminente do conflito armado, visto que ambas as potências nucleares estavam cientes do poder de destruição do seu concorrente, mantendo, portanto, uma coexistência pacífica nos centros de dominância, mas de fomento a conflitos regionais em outras áreas de luta por influência⁹.

Para Hobsbawm (1995), os estados nacionais do chamado “terceiro mundo”, por mais que não nutrissem apreço aos EUA, perceberam-se contrários ao comunismo soviético, adotando, portanto, uma postura política anticomunista. Os estadunidenses, por sua vez, divulgavam sua política interna e externa anticomunista, acreditando, mesmo que de maneira incipiente, que a URSS tinha planos de conquista real do globo através da instauração do comunismo nas sociedades liberais, embora algumas com ditaduras de direita, mantendo o liberalismo econômico.

A instauração do comunismo ateu e antidemocrático implicaria diretamente nos assuntos políticos e econômicos norte-americanos. Os EUA tinham consciência de seu posto de superpotência mundial (capitalista) e de seu dever de oposição ao comunismo soviético. Os últimos, por sua vez, adotaram uma postura defensiva em relação aos EUA e seu bloco capitalista, visto a percepção de que o capitalismo não entrara em crise no pós-guerra, pelo contrário, se estava diante de um modelo econômico em expansão (Hobsbawm, 1995).

⁸ Historiador e intelectual renomadíssimo da contemporaneidade. Sugerimos a leitura de: HOBBSAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹ Poucas foram às situações que representaram um possível conflito armado eminente entre as duas potências, dentre elas, destacamos o caso específico da Ásia. Em tal região a situação política ideológica ainda não estava bem definida, por isso, as potências buscaram legitimar sua hegemonia política em tal localidade, gerando, de fato, atrito entre elas. Outro caso, por exemplo, foi durante a crise dos mísseis soviéticos em solo cubano. Todavia percebia-se que apesar da tensão imediata, ambos os lados dispunham da “cautela necessária” para evitar um conflito armado direto.

Conforme Machado (1980), a política estadunidense era prevista para toda América Latina, tendo em vista um panorama criado sobre a ideia de “guerra total”. Existia a possibilidade – de acordo com tal política – de intervenção direta nos governos taxados de perigosos para a manutenção de sua hegemonia no continente americano. A segurança nacional, conseqüentemente, passou a ser um fundamento para o estabelecimento de ditaduras militares de direita. A política de segurança interna norte-americana entendia como ameaça comunista tudo o que representasse uma oposição aos seus interesses. Nesse sentido:

[...] o golpe civil-militar de 1964, no Brasil foi um reflexo da política externa intervencionista dos Estados Unidos, que tentavam a todo custo, manter seu campo de influência na América Latina, no contexto da disputa bipolar por hegemonia durante a guerra fria. (FICO, 1997, *apud* DAHÁS, 2010, p. 119-120)

Recém-proclamado presidente, João Goulart propôs que a população decidisse, através de um plebiscito, qual modelo de república seria oficializado no país: presidencialismo ou parlamentarismo? No dia 6 de janeiro de 1963, o plebiscito¹⁰ trouxe de volta o presidencialismo e João Goulart deu início ao seu governo com plenos poderes. A posse de Jango representava a volta do esquema populista¹¹, como destaca Boris Fausto¹² (1995).

Segundo Dreifuss (1981), o conceito de populismo tem recebido várias interpretações, contudo, ele descreve populismo como “[...] bloco histórico construído pelas classes dominantes dentro das condições particulares do Brasil, isto é, a integração e articulação de diferentes classes sociais sob liderança de um bloco de poder oligárquico-industrial” (DREIFUSS, R. 1981, p. 43). Entendemos, portanto, que o panorama populista trazia consigo a participação ativa e as reivindicações das classes trabalhadoras no jogo político nacional.

É perceptível que os movimentos político-sociais deram tonalidades ao governo João Goulart, fossem eles vinculados às forças e grupos moderados, de esquerda ou direita. Politicamente a base do governo era formada por parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e de dissidentes do Partido Social Democrático (PSD) e União Democrática Nacional (UDN).

Dentro desse jogo de conciliação, as forças de esquerda “buscavam uma luta nacional-reformista e tinham o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), do CGT e do Partido Comunista Brasileiro” (SANTANA, 2007, p. 38). Ligas Camponesas¹³ e demais entidades

¹⁰ João Goulart foi agraciado com grande maioria dos votos a favor da volta do presidencialismo, demonstrando sua força política.

¹¹ Recomenda-se a leitura de: Weffort, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira / Francisco Corrêa Weffort – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

¹² Ver: FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

¹³ Davam tonalidade aos reclames sociopolíticos no nordeste brasileiro.

estudantis, como por exemplo: UNE e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), se faziam presentes e atuantes.

Por outro lado, existiam as manifestações e entidades voltadas ao campo da direita, entre elas destacaram-se: a Ação Democrática Parlamentar (ADP), composta pela União Democrática Nacional (UDN) e por boa parte dos membros do Partido Social Democrático (PSD), além do complexo IPES/IBAD. No meio social destaca-se a atuação da ala conservadora da Igreja Católica, vários segmentos midiáticos, proprietários rurais e a maior parte do empresariado nacional e internacional. Ambos agitavam a vida política do país.

De início, a política janguista obedeceu às orientações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e foi elaborado pelo Ministro do Planejamento, Celso Furtado, o Plano Trienal¹⁴. A medida política buscava conter o aumento da inflação e abrir negociações com o FMI. Todavia, caberia a João Goulart conciliar os interesses de classe e dar sustentação ao Plano, algo que não foi possível ao longo dos meses (FERREIRA, 2003). De acordo com Machado (1980, p. 237) “As pressões do capital financeiro internacional, de um lado, e os reclamos sociais, do outro, confluíram para a ruptura do instável equilíbrio político e social”. Os aumentos dos vencimentos civil e militar, assim como as constantes reivindicações dos trabalhadores e de outros segmentos sociais, desfiguravam as medidas de contenção.

Passado o movimento dos suboficiais da Marinha e da Aeronáutica, que fora reprimido por ministros militares, o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, pronunciou-se na imprensa norte-americana de maneira ofensiva ao governo e aos chefes militares, algo que gerou insatisfação entre os ministros das três armas e ambos, em nome do princípio da autoridade e visando controlar as agitações e restabelecer a ordem social, passam a exigir que Jango decretasse o estado de sítio (MACHADO, 1980).

Vê-se que o objetivo militar era promover a ocupação da Guanabara e aprisionar Carlos Lacerda (FERREIRA, 2003). A proposta conferida pelos ministros das três armas e a mensagem presidencial autorizando o pedido, no dia 4 de outubro, encontrou uma oposição ampla e imediata dos aliados e opositores do governo (MACHADO, 1980).

Os governantes de Pernambuco, São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, se mobilizaram contra tal decreto e fizeram ampla resistência as medidas presidenciais (MACHADO, 1980). Direitas e esquerdas convergiram em algo. Percebendo ampla resistência dos setores políticos e sociais ao estado de sítio, João Goulart retirou a mensagem

¹⁴ Trazia consigo controle do salário, de créditos e preços, e cortes nas despesas do governo.

no dia 7 de outubro. Todavia, naquele momento, João Belchior Marques Goulart sabia que seu governo estava lançado à própria sorte. Nesse sentido:

Ao tomar conhecimento da reação do Congresso contra o estado de sítio, João Goulart teria desabafado com o deputado Doutel Andrade, que advogava no Congresso o pedido presidencial: ‘Nesta madrugada começou a minha deposição’. João Goulart, contudo, não se empenhara na defesa do estado de sítio, parecendo considerá-lo mais uma armadilha dos chefes militares para ‘enquadra-lo’ no esquema de disciplina castrense do que propriamente uma medida de defesa do governo. (MACHADO, 1980, p. 239)

Em meio à instabilidade governamental, eclodiu, em outubro de 1963, a intitulada “greve dos 700 mil” em São Paulo. Percebe-se que o ex-ministro e discípulo político de Vargas, João Goulart – que fora vice-presidente dos governos Juscelino e Jânio – vivia momentos de crise. De acordo com Boris Fausto (1995), foi ao perceber-se sem o apoio incondicional de sua base, e, devido aos últimos ocorridos ser incapaz de estabelecer a disciplina necessária frente às Forças Armadas, que, João Goulart, aconselhado por partidários e contando com apoio de seu dispositivo militar e da ordem sindical, decide, como cartada final, pôr em prática as chamadas reformas de base¹⁵.

As reformas de base, cujo destaque era a reforma agrária, que garantiria a legalidade de terra aos milhares de trabalhadores do campo, dependiam da aprovação do congresso – algo que dificilmente aconteceria visto que a oposição ao governo Goulart se fazia maioria – seriam forçadas pelos decretos governamentais que iriam “driblar” o congresso (FAUSTO, 1995).

No meio urbano, as reformas buscavam garantir as condições necessárias para que inquilinos se tornassem proprietários das residências as quais alugavam, por outro lado, no meio político, visava promover o direito ao voto de analfabetos e subalternos das Forças Armadas. O presidente tentara com tais medidas atender demandas das camadas populares e de esquerdas. Contudo, seus atos aumentavam seu distanciamento com grupos políticos conservadores, empresariais – nacionais e internacionais – e com os altos escalões militares.

Foi na Praça da República, localizada no Rio de Janeiro, durante a assembleia intitulada de Comício da Central, realizado na sexta-feira dia 13 de março, que Jango assinava dois decretos que considerou “um passo à frente no caminho das grandes reformas estruturais” (MACHADO, 1980, p. 240). O primeiro decreto pregava, basicamente, as

¹⁵ As reformas de base tendiam contemplar as demandas históricas das esquerdas, através da alteração das estruturas sociais, econômicas e políticas, proporcionando, de tal modo, justiça social e desenvolvimento econômico no país (FERREIRA, 2003).

desapropriações de propriedades que excedessem cem hectares, ambas teriam que estar localizadas numa faixa de dez quilômetros à margem de rodovias ou ferrovias. O segundo decreto buscava estatizar refinarias particulares de petróleo, visando fortalecer a Petrobrás.

O comício da Central do Brasil¹⁶ reuniu população e autoridades políticas, estudantis e sindicais. Discursos aguerridos, moderados e eloquentes de notáveis oradores, com destaque para Leonel Brizola, João Goulart e demais lideranças, deram tonalidade a assembleia popular. De acordo com DAHÁS (2010) participaram do comício várias lideranças, com destaque para: Aberlado Jurema (ministro da justiça), Jair Dantas Ribeiro (ministro da guerra), Silvio Mota (ministro da marinha), Anísio Botelho (aeronáutica), Miguel Arraes (governador de Pernambuco), João Seixá Dória (governador de Sergipe), Leonel Brizola (deputado federal), José Lellis da Costa (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara), Olímpio Mendes (presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas), José Serra (presidente da UNE), Arthur Virgílio (líder do PTB no senado), Doutel de Andrade (líder do PTB na câmara), Elói Dutra (vice-governador da Guanabara), Badger da Silveira (governador do estado do Rio de Janeiro), Lindolfo Silva (representante do Movimento Camponês e do Comando Geral dos Trabalhadores) e, por fim, João Goulart.

A base governamental agora estava revigorada¹⁷ e era configurada pelos movimentos sindicais, estudantis, camponês e de partidários das alas progressistas e de esquerdas. Conforme Munteal (2005, p. 20 *apud* SANTANA, 2007, p. 40-41) avaliou: “O comício da central incendiou trabalhadores, estudantes, alguns setores das Forças Armadas e servidores civis do Estado. A massa parecia compreender em um único momento o seu papel transformador na História do Brasil [...]”. Segundo Ferreira (2003) as esquerdas, naquele momento, aderiam à ideia de que a política de conciliação havia terminado.

Contudo, o que se viu pelos meios televisivos – que era altamente influente rente a opinião pública – foram bandeiras vermelhas solicitando a legalização do Partido Comunista e faixas de apoio à “famigerada reforma agrária”, algo que aterrorizou as alas conservadoras da sociedade (FAUSTO, 1995).

Conforme Fausto (1995, p. 448): “É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado”.

¹⁶ Em vista ampliar seu conhecimento sobre o tema, veja: DAHÁS, Nashla. O Comício Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil. (1961-1964) / Nashla Dahás. – Rio de Janeiro: UERJ/CCS/IFCH/PPGH, 2010.

¹⁷ Sabem-se das divergências existentes entre ambas as entidades e o governo, contudo fazia-se necessário a conciliação das instituições em prol da manutenção de Jango e de suas reformas.

A elite orgânica não entendia dessa forma e, bem articuladas, promoveriam reações às medidas taxadas de comunistas decretadas por Jango.

Segundo Dahás (2010, p. 92): “Unia a todos a ameaça de que o governo e o seu programa de reformas de base atingissem o seu patrimônio, o modo de vida, a cultura e os privilégios”. A necessidade em barrar as reformas do governo e anestesiar o impulso das camadas sociopolíticas de esquerda, que buscavam avanços sociais, foi à pauta da vez para setores golpistas de direita.

A resposta destes setores conservadores não tardou, pelo contrário, veio em seguida com a realização da primeira Marcha da família com Deus e pela Liberdade, ocorrida no dia 19 de março no estado de São Paulo. Setores reacionários e elitistas do país demonstravam sua objeção às medidas taxadas de “comunistas” do governo João Goulart. Conforme Daniel Aarão¹⁸ (REIS, 2000, p. 30-31): “As direitas unidas, alarmadas, aparentando decisão, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas. [...] As forças desencadeadas da contrarreforma”. De acordo com Ferreira (2003), as esquerdas, por sua vez, desqualificavam e subestimavam os atos religiosos e classistas da direita.

Neste sentido, observa-se a conexão de grupos oposicionista e a estabilização do seu projeto interventor, como destaca Boris Fausto (1995, p. 543): “Na medida em que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmou-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo”. Em vista a radicalização do governo Goulart e a realização do comício da Central, percebem-se as articulações de setores oposicionistas em vista os posicionamentos e ações políticas de Jango e de sua base governamental.

Conforme Jorge Ferreira (2003), as esquerdas não acreditavam na possibilidade do golpe de direita, pelo contrário, acreditavam que apenas João Goulart, contando com o suporte das esquerdas, o daria. Somava-se aos credos das esquerdas a força de seus setores, algo que os qualificariam mediante o enfrentamento com as direitas.

As combinações das alas político-reacionárias, religiosas, empresariais, midiáticas e elitistas, coincidiram com as conspirações militares, formando uma rede oposicionista movida por vários setores sociais e provida de força suficiente para desestruturar o governo Goulart. Dahás (2010, p. 106) destaca que: “Nomes como Castello Branco, Costa e Silva, Jaime

¹⁸ Recomenda-se a leitura de: REIS, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade / Daniel Aarão Reis. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

Ainda sobre a ditadura civil-militar, recomenda-se: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. VIEIRA, E. A.. A República Brasileira - 1964-1984. 14. ed. São Paulo-SP: Editora Moderna, 1985. v. 1. 72p .

Portella, o general Mourão Filho, Roberto Marinho, Bilac Pinto, Aliomar Baloeiro, e claro, Carlos Lacerda, entre outros, [...]” reuniam-se para discutir a situação política do país. O movimento contrarrevolucionário carecia apenas da “cereja do bolo”, que seria o apoio estadunidense. O último não tardou a acontecer, pois como relata Poerner¹⁹ (2004, p. 186):

[...] Veio quando o Departamento de Estado divulgou comunicado que acusava Goulart de “não colaborar com medidas efetivas contra o regime de Fidel Castro” e de “tolerar a infiltração comunista em setores do governo.” O comunicado, lido ante a Comissão de Assuntos Externos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, foi logo interpretado, nos seus devidos termos, pela imprensa norte-americana, que, menos sutilmente, aconselhou os militares conservadores do Brasil a dar um “golpe de Estado à velha maneira sul-americana”. (POEMER, 2004, p. 186)

É dentro desse quadro agitado e de instabilidade que, no dia 26 de março de 1964, eclode o episódio protagonizado pela Associação dos Cabos e Marinheiros²⁰, liderados por “cabo” Anselmo. José Anselmo dos Santos e outros dois mil homens se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em protesto as restrições impostas à categoria.

Os rebelados professavam seu apoio às reformas de base, e, dentre suas reivindicações, cobravam a melhoria de alimentação nos navios e a reformulação do regulamento disciplinar da Marinha. A rebelião, contudo, era vista como subversiva pelo alto escalão militar, e, tendo em vista o panorama político, acabou contribuindo significativamente para produzir o clima favorável para a atuação militar.

De acordo com Reis Filho (2000), mediante aos últimos ocorridos, percebe-se a mudança no discurso militar que, tendo em vista a crise da Marinha, tratou de defender uma luta para reestabelecer a hierarquia militar, ao invés de se lançar ao enfrentamento de projetos políticos.

No dia 29 de março, reunidos no Clube Naval, vários oficiais paralisam suas atividades e se prontificaram em não retornar aos seus serviços enquanto não fosse restabelecida a ordem e disciplina hierárquica. Para os últimos a anistia dada por Goulart aos rebelados feria gravemente o orgulho e o tradicionalismo militar (FERREIRA, 2003). Castelo Branco, por sua vez, buscava dar continuidade aos seus planos de realizar um movimento militar no Estado do Rio de Janeiro na noite de dois de abril (MACHADO, 1980).

¹⁹ Sobre o movimento estudantil, recomenda-se: Poerner, Arthur José, 1939 - O poder jovem : história da participação política dos estudantes brasileiros / Arthur José Poerner. - 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

²⁰ Setores das esquerdas, por sua vez, apoiavam e incentivava o movimento militar.

Segundo Gorender (2005, p. 171. apud SANTANA, 2007, p. 42): “Foi nesse cenário conturbado que ‘Jango fez um discurso no Auto Móvel Clube do Rio de Janeiro, dirigindo-se aos sargentos, que conseguiam sair dos quartéis, bloqueados pelos oficiais’, no dia 30 de março. Para seus opositores, foi à gota d’água”. Nota-se que as interferências diretas de João Goulart rente aos assuntos das ossadas militares contribuíram para a unidade destes setores em detrimento seu governo. Neste sentido:

A propósito, recorda o General Afonso de Albuquerque Lima: “No momento em que se feriu o princípio essencial da disciplina e da hierarquia militar, todos esses grupos (vários grupos militares separados por concepções diferentes) convergiram para uma ideia comum, conseguindo a unidade que manteria íntegra a ideia de comando militar, sem nenhuma fratura disciplinar, o que fatalmente ocorreria, se os grupos militares moderados, dentro da conspiração, tentassem obstar o desencadeamento do movimento.” (MACHADO, 1980, p. 241-242)

O manifesto de 31 de março assinado pelo General Olympio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, previamente articulado com o General Carlos Luís Guedes, comandante da Infantaria Divisionária, proporcionava a fase operacional do golpe civil-militar. O Marechal Odílio Denys, ex-ministro da Guerra do governo Jânio Quadros, acertava com o General Mourão Filho e o governador das Minas Gerais, Magalhães Pinto, a data do movimento (MACHADO, 1980). Castelo Branco, por sua vez, ignorava toda a movimentação por parte dos setores militares.

Segundo Machado (1980), ao amanhecer do dia 31 de março de 1964, percebe-se a movimentação das tropas do exército estabelecidas em Minas Gerais, seguidas pela força policial (PM) daquele Estado. Inicia-se a marcha rumo a Brasília e Rio de Janeiro, o principal objetivo era o de se juntar com as demais forças militares ali locadas. Na cidade de São Paulo, o general Amaury Kruel – amigo particular de Jango – e comandante do II Exército, deu ordens de movimentação as suas tropas para duas direções: “Vale do Paraíba, para juntar-se às forças que partiram de Minas, e rumo ao Sul, com destino ao Paraná” (MACHADO, 1980, p.242). No Nordeste percebemos as articulações do General Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, com base em Pernambuco, ocupando os principais pontos daquele Estado.

João Goulart – lançado a própria sorte – contava com o suporte parcial de seu partido; com uma esquerda desunida e iludida; com uma força sindical inoperante e distante da população, e, por fim, com trabalhadores rurais despreparados para uma luta política (MACHADO, 1980). Conforme Santana (2007, p. 43): “Os estudantes chegaram a solicitar do

governo armas para a resistência já que não estavam seguros quanto à eficácia do esquema militar organizado pelo general Assis Brasil”. Jango, porém, desconsiderou tal possibilidade.

Tendo em vista a garantia de resistência oferecida pelo dispositivo militar do governo – o que não aconteceu! – restaram aos estudantes saírem às ruas contra os atos golpistas que ocorriam no país. De parte do governo nenhuma providência de resistência armada foi tomada.

João Goulart buscou, por vezes, negociar com os comandantes e seus grupos armados por telefone, porém percebendo a falta de diálogo e o perigo eminente, abandonou a cidade do Rio de Janeiro e destinou-se a Porto Alegre. A união das três forças militares e suas articulações com setores civis, como, por exemplo, empresários, políticos e demais setores conservadores, foram decisivas para dar legalidade ao movimento armado de 31 de março. Não conseguindo desencadear uma resistência, ao lado de Leonel Brizola e demais partidários, e temeroso por uma guerra civil, João Goulart se encaminha para o exílio no Uruguai. Era o fim do governo Goulart e início da ditadura militar no Brasil.

2.2 Igreja Católica: as tensões internas diante da emergência do regime militar

Os estudos dos diferentes papéis da Igreja Católica – nos mais variados contextos da história do Brasil – tem produzido obras de suma relevância no campo das ciências humanas. A análise da atuação de segmentos religiosos em eventos de cunho sociopolíticos, assim como suas posturas diante das crises econômicas e regimes ditatoriais na América Latina do século XX, tem nos permitido novas concepções a respeito das divergências presentes no seio da Igreja Católica (AZEVEDO, 2004).

Inicialmente buscaremos estabelecer vínculos entre religião e política, tendo em vista compreender o comportamento social de cristãos-católicos e suas posturas políticas que, aliadas aos setores da imprensa paraibana foram, também, responsáveis pela derrocada de João Goulart e ascensão militar ao poder em 1964.

Alinhando-nos as premissas propostas no texto “Religião e Política”, de Aline Coutrot (2003), trataremos, de maneira concisa, sobre parte da Igreja Católica e suas posturas político-sociais em 1964. Em seguida apresentaremos posicionamentos e ações católicas anticomunistas, por fim, sua vinculação com o projeto civil militar de 1964 no Estado da Paraíba.

Conforme Coutrot²¹ (2003) foi devido aos avanços da sociologia religiosa que obtivemos ganhos significativos na história religiosa e política, e, de acordo com a mesma, podemos compreender a atuação da Igreja:

Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*: toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. (COUTROT, 2003, p. 334)

São essas lições assimiladas pelos cristãos durante as missas – ou nos movimentos de evangelização – que trazem à tona um conjunto de valores sociais diretamente ligados aos posicionamentos políticos dos mesmos. Percebemos que o religioso tramita pelo político, o último, por sua vez, dialoga com o religioso, e tais interlocuções são expressas em manifestações coletivas evidenciadas na sociedade.

Tendo em vista que o culto religioso permite ao cristão o florescer de um sistema de valores associados também as suas práticas políticas, podemos compreender, por exemplo, a questão do anticomunismo católico. A aversão ao comunismo presente em setores da Igreja católica é explicada em vista o estereótipo negativo em torno das ideias comunistas, tidas como destrutivas dos valores tradicionais defendidos pela própria instituição.

De acordo com Sobreira (2014), analisar a indústria anticomunista vigente nos anos 60 é fundamental para se compreender o desencadear do golpe civil militar de 1964. Cabe mencionar que paralelamente ao anticomunismo religioso, percebemos, durante o século XX, o inclinar de católicos²² aos valores e militâncias de esquerda.

A atuação da Igreja Católica brasileira, em meados de 1960, era marcada por sua interação social e suas atividades no campo da sindicalização rural e educação popular. Nos anos respectivos ao governo Goulart (1961-1964), percebe-se a realização de uma intensa atividade social da Igreja através de seus segmentos, como, por exemplo: Ação Católica, Juventude Universitária Católica e Movimento de educação de base. Postura essa já verificada em 1950, quando se percebe ações da Igreja em favor das classes subalternas, especialmente em prol dos trabalhadores rurais.

²¹ Ver: COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 331 - 363.

²² “Não há que esquecer que os conflitos sociais, que atravessam a sociedade, também dividem a Igreja e aí refratam seu espectro ideológico. Esta é uma instituição inserida na vida social e sujeita às pressões de interesses contraditórios” (SOUZA, 2004, p. 81).

Por outro lado, como descreve Souza (2004), existiam religiosos organizados contra essas propostas de transformação, em suma referente à questão (reforma) agrária²³. “Tivemos, pois, cristãos dos dois lados do espectro político-ideológico” (SOUZA, 2004, p. 79). Sobre tal afirmação, Dalcy Cruz (1982, p. 11 *apud* SILVA, 2007, p. 20) nos revela que: “[...] A Igreja Católica ao longo de sua história tem assumido posições ambivalentes, ora se alinhando ao fazendeiro, ao proprietário de terra, ao usineiro, ora voltando-se em defesa do trabalhador, como ocorre nos anos 50”. Mas isso reflete que a Igreja tinha um projeto próprio para as populações das áreas rurais, garantindo um espaço de articulação política.

Sabe-se que ações sociais promovidas pela Igreja são também medidas de prevenção contra as ideias comunistas que se faziam presentes no campo, ambas representadas pela atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em parte, pelas Ligas Camponesas²⁴. De acordo com Silva²⁵ (2007), o trabalho realizado pelas Ligas Camponesas no meio rural era tido como preocupante por setores católicos. Acreditava-se que as ações esboçadas pelas Ligas Camponesas contribuiria, significativamente, para a penetração do comunismo no meio rural, gerando, de tal forma, o esgotamento da influência religiosa no campo.

Salienta-se que o oposicionismo católico e o ato de policiar os fiéis sobre os males oriundos do comunismo são verificados no Brasil desde 1917²⁶-1922²⁷. Rodeghero (1988) mencionou que: “Segundo o Papa Pio XI ‘A doutrina da Igreja é a única que pode produzir salvação contra a ideologia comunista’.” (RODEGHERO, 1988, p. 127 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 26). Por outro lado, a Igreja Católica também não incentivava o capitalismo liberal, pois se sabia das extremas desigualdades sociais que ele permeava na sociedade. Ou seja, existia uma dissonância no seio da Igreja em relação aos modelos socioeconômicos citados.

No Estado da Paraíba é possível averiguar uma polarização no campo mediante a atuação das Ligas Camponesas e suas relações com parte dos setores da Igreja. Conforme

²³ “Para os militares, a questão da terra representava a “segurança nacional”, pois o golpe de 1964 havia sido aplicado com o argumento de conter o “avanço do comunismo”, representado, na época, pela “influência soviética” e da Revolução Cubana. E a simples menção da defesa da reforma agrária pelos movimentos de trabalhadores já era considerada pelos militares uma proposta “comunista”, que colocava em risco o direito de propriedade” (MENEZES, 2007, p. 335).

²⁴ A Igreja Católica, em meados de 1950, tratou de iniciar trabalhos assistenciais voltados para esses setores tendo em vista gerenciar seu espaço de atuação rente as camadas rurais. Setores católicos também se lançam ao campo com objetivo de gerenciar as Ligas Camponesas, sobre tal pauta: “No período pré-64, tem-se a organização das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro e a disputa pelo controle de organizações camponesas por parte da Igreja e dos comunistas” (MENEZES, 2007, p. 334).

²⁵ Veja: SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. EVANGELIZAR E POLITIZAR: o sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos de trabalhadores rurais no Seridó potiguar (1964-1979), Ano de Obtenção: 2007. p., 1 -136.

²⁶ Revolução Russa que norteou comunistas do mundo todo.

²⁷ Criação do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Sobreira²⁸ (2014), as atitudes reivindicatórias e aguerridas das Ligas Camponesas põe fim à chamada “paz agrária”, que tinha como característica principal manter as relações de desigualdade entre patrões e empregados no campo.

O amparo e a conscientização camponesa – pregado pelas Ligas – possibilitou o emergir de debates na sociedade a respeito do meio rural e sobre a estrutura agrária elitista vigente no estado. A cúpula da Igreja Católica, por vezes, tendeu a crer que as Ligas Camponesas facilitariam a infiltração das ideias comunista no campo, atuando no intuito de combater as ações consideradas subversivas de tal movimento (SOBREIRA, 2014).

Segundo Sobreira (2014), tendo em vista controlar as agitações e ações consideradas violentas e subversivas das Ligas Camponesas, segmentos católicos, especificamente a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a partir do estudo da Encíclica “Mater et Magistra”, promoveriam uma série de considerações para contemplar as causas camponesas, de modo à descreditar a ação comunista no campo:

- 1) Ação Católica Rural (JAC e Movimentos de Adultos) capaz de preservar e desenvolver a doutrina cristã entre os urbanizadores do campo.
- 2) Sindicalização rural visando dar aos lavradores o direito de fazerem suas justas reivindicações.
- 3) Frentes Agrárias, a exemplo das experiências do Paraná e Rio Grande do Sul.
- 4) Movimento de Educação de Base (MEB) para dar melhor formação aos jovens e adultos, pois não basta uma simples recomendação econômica e técnica. (A IMPRENSA, 25 de fevereiro de 1962, p. 8. *apud* SOBREIRA, 2014, p. 50-51)

Considerando-se tais posições heterogêneas da Igreja²⁹, parte significativa da comunidade católica participaria ativamente de todo o processo político que culminou com o golpe civil-militar de 1964, fosse adotando práticas anticomunistas ou incentivando os projetos sociais almejados pelas reformas de base do governo. Sobre a divergência de posicionamentos ideológicos entre membros da Igreja Católica, Gutiérrez (1985) *apud* Fabio Lanza (2008) nos propõe uma importante reflexão sobre tal instituição e sua postura em relação à esquerda:

Na década de 1950, era perceptível a existência de processos de polarização tanto na sociedade civil como dentro da Igreja Católica. Esta última se dividiu, de um lado, numa ala moderada e conservadora, com uma ação social de caráter assistencialista; de outro lado, a ‘Igreja dos pobres’ que, segundo o pensamento de Gustavo Gutiérrez, assumia uma posição nítida em relação à luta de classes: em que não era

²⁸ Recomendamos: SOBREIRA, Dimitri da Silva Bichara. O anticomunismo no “A Imprensa”: Igreja Católica e golpe civil militar na Paraíba. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Org.). Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania. 1ªed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, p. 33-61.

²⁹ “[...] Ações concretas, comunistas e católicos de esquerda aproximaram-se no apoio à reforma agrária e às lutas dos assalariados e camponeses. Ressalte-se a existência de um conflito no seio da Igreja, o que fez com que diversos setores conservadores do clero apoiassem o golpe militar de 1964” (MENEZES, 2007, p. 335).

possível negá-la e não tomar partido em favor das classes exploradas. Segundo ele, tentar situar-se neste 'lugar' significa uma ruptura radical com o modo de viver, de pensar, de comunicar a fé na Igreja de hoje. (GUTIÉRREZ, 1985, p. 271 *apud* LANZA, 2006, p. 1)

Compreende-se, então, que o posicionamento político (majoritário) da cúpula da Igreja Católica é de assistencialismo e combate ao comunismo. Por outro lado, observa-se uma minoria de padres e seminaristas identificados com as aspirações dos movimentos sociais. Destaca-se situação semelhante no estado paraibano: “[...] Crescia dentro da instituição grupos de católicos engajados nos movimentos populares. Os “padres comunistas” eram de conhecimento da Arquidiocese paraibana, que procurou desqualificar a atuação desses indivíduos” (SOBREIRA, 2014, p. 39). Essa inclinação aos movimentos sociais, por vezes, lhes rendiam rótulos de esquerdistas, ingênuos e, até mesmo, de inimigos da Igreja.

Mediante o quadro de instabilidade político-social de 1964, discursos foram forjados no intuito de depreciar o comunismo e seus agentes e expressões – liam-se movimentos e políticas sociais – e na Paraíba, por exemplo, não foi diferente. Em vista defender os valores tradicionais do cristianismo, segmentos conservadores da Igreja Católica disseminavam suas convicções nas missas e nos meios midiáticos, como por exemplo, no jornal *A Imprensa* – de responsabilidade da Cúria Metropolitana da cidade João Pessoa (SOBREIRA, 2014). Tal veículo de comunicação católico serviu de intermédio para a disseminação das ideias anticomunista da Igreja, tendo em vista alertar as camadas sociais sobre o perigo vermelho que circulavam o estado. Nesse sentido:

Servindo aos interesses da classe conservadora, o *A Imprensa* segue seu plano editorial de acordo com o plano elaborado pelos 50 principais jornais católicos brasileiros, apresentando “[...] fatos, incoerências, falhas, insucessos do comunismo. Confrontará os países democráticos com os países dominados pelo marxismo.” (*A Imprensa*, 17 de junho de 1962. *apud* SOBREIRA, 2013, p. 36)

O jornal *A Imprensa* representava o comunismo³⁰ como um problema regional e mundial, porém tratava da situação de maneira maniqueísta e simplicista, ou seja, os bons estão do lado democrático, cristão e estadunidense, por outro lado, os maus seguem sintonizados ao comunismo soviético.

Atendendo a necessidade em se combater o perigo vermelho, percebe-se que a comunidade religiosa anticomunista formalizaria suas críticas e destinaria as principais entidades da esquerda paraibana, elas eram: “os sindicatos, os estudantes (secundaristas e

³⁰ Cabe compreendermos que críticas e combate ao modelo ideológico comunista são bem anteriores aos anos 60, oriundas do início da década de 1930, ou seja, bem antes do quadro de incompatibilidade e instabilidade que se formou durante o governo Jango já se estimulava o perigo comunista no Brasil (SOBREIRA: 2014).

universitários), organizações educacionais como a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), os membros da própria Igreja Católica, políticos do extinto Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas” (SOBREIRA, 2013, pág. 34). A atuação da alta hierarquia Católica, através do Jornal *A Imprensa*, foi decisiva para por em descrédito algumas manifestações legítimas e necessárias de grupos ligados às esquerdas paraibanas e aos movimentos sociais.

Passada a fase operacional do empreendimento (contra) revolucionário civil-militar, membros da Igreja paraibana se propuseram, após a consumação do ato, a comemorar a vitória sobre o “inimigo do cristianismo”. Nessa perspectiva:

A Igreja Católica e a população foram às ruas festejar a tomada de poder dos militares e a restituição da ordem social do país, nas chamadas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Em cada pequena cidade da Paraíba houve uma movimentação como essa, em agradecimento às forças armadas por afastar o perigo comunista do Brasil. A fé e os valores morais, como a família, estariam salvos do comunismo, classificado como ateu e intolerante pela direita conservadora. (SOBREIRA, 2013, p. 59)

O arcebispo Dom Mario de Miranda Villas Boas, enviou telegrama as autoridades militares parabenizando-os pela vitória no empreendimento. De acordo com Nunes (2014, p. 111) o telegrama foi noticiado pelo jornal da diocese, *A Imprensa*, no dia 06 de abril de 1964, e expõe a seguinte mensagem:

Exprimindo os sentimentos altamente patrióticos, ante os últimos acontecimento que resultam em necessária renovação do regime democrático nacional, o Sr. Arcebispo Metropolitano D. Mario Villas Boas telegrafou aos principais chefes deste movimento que podemos o mais firme golpe em todo o plano de comunização do país, próximo a concretizar-se. A palavra de nosso culto e mui virtuosos guia espiritual, é uma segurança para nossas opiniões, na presente conjuntura que atravessa o Brasil. Nestes termos foram redigidos as mensagens telegráficas de sua Exma. Revdma.: João Pessoa, 2 – General Justino Alves Comando do 4º exército. Recife. Na pessoa de Vossa Excia, saúdo nossas brilhantes forças armadas, que defenderam muito oportunamente nosso Brasil. Dom Mario, Arcebispo.; João Pessoa, 2 – Cardela Câmara. Palácio Sumaré. Rio, Gb Admirável vigilância serena Vossa Eminência é uma luz neste momento. Saúdo efusivamente Vossa Eminência. Dom Mario, Arcebispo. João Pessoa, 2 – Governador Pedro Gondim. Palácio da Redenção. Nesta. No dealbar desta aurora de nova paz, saúdo Vossa Excelência cuja colaboração foi muito oportuna presente momento. Dom Mario (*A Imprensa*, 1964. Apud NUNES, 2014, p. 111)

As saudações e felicitações exprimidas pelo Arcebispo Mario de Miranda Villas Boas, através do jornal católico, *A Imprensa*, reflete bem o sentimento da cúpula da Igreja Católica paraibana frente ao desfecho da situação (NUNES, 2014). Por fim destacamos que marchas da família com Deus e pela liberdade foram realizadas em vários municípios do Estado com o

intuito de comemorar a “revolução vitoriosa” civil-militar sobre o inimigo da Igreja, seu adversário em comum (RIBEIRO, 2015).

2.3 Manchetes e constatações: mídia conservadora, elitista e anticomunista

O amadurecimento das pesquisas acadêmicas recentes – no que tange o papel desempenhado por veículos da imprensa – tem potencializado nosso entendimento sobre a conduta desempenhada pelos meios midiáticos nos mais variados períodos da história brasileira. É sabido ressaltar que livros, revistas, programas radiofônicos e jornais, foram elevados a categoria de atores sociais, rompendo assim com o estereótipo de serem veículos de informação neutros e imparciais.

Acreditamos que analisar os discursos provenientes em jornais paraibanos de 1964 é compreender um dos véis de desestabilização do governo João Goulart e de legitimação dos militares pós-golpe. Conforme Ribeiro³¹ (2015), diários, jornais e etc., são, na verdade, fontes enriquecedoras para a pesquisa historiográfica, cabendo, é claro, ao historiador problematizar os conteúdos escritos nos mais variados textos informativos. Sobre essa pauta, podemos concluir que:

[...] os jornais, como filhos de seu tempo, estão engrenhados de ideologias, instrumentos de manipulação, interesses públicos e comunitários, influências e intervenções na vida social. Em suas páginas impressas, há registros dos movimentos dos pensamentos, dos conflitos e dos consensos sociais de cada período estudado, que tornam interessante a pesquisa histórica, ou seja, dão conta dos motivos que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa, ou seja, como o conteúdo escolhido foi transformado em notícia. (MOUILLAUD, 2002. *Apud* RIBEIRO, 2015, p. 133)

As ações empreendidas por diversas instituições midiáticas – historicamente comprometidas com setores elitistas e conservadores da sociedade – são observadas também durante meados de 1964, tendo em vista desequilibrarem o governo Goulart. Sabemos que gigantes do ramo, como, por exemplo, *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, foram alguns dos principais atores da imprensa responsáveis pela oposição – tecendo críticas e acusações – e derrocada do governo João Goulart.

³¹ Ver: RIBEIRO, G. D. DEUS E AS ESCOLAS NAS RUAS: AS MARCHAS PELA “REVOLUÇÃO VITORIOSA” NAS CIDADES DA PARAÍBA - 1964. 2015.

Trabalharemos com as concepções de Jean-Noel Jeanneney³² (2003) sobre mídia, e Jean-Jacques Becker (2003) sobre opinião pública, mediante as perspectivas referidas, buscar-se-á analisar o papel da mídia e sua relação com a política. Sobre a relação de interesses e conexões entre setores políticos e midiáticos, Jean-Noel Jeanneney (2003) reflete que:

[...] de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de uma rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político. (JEANNENEY, 2003, p. 225.)

Compreende-se, portanto, que segmentos da imprensa são capazes de desempenhar uma função ativa e operante na esfera sociopolítica de um país, estado ou município. Os jornais, como frutos de seu tempo, estão carregados de ideologias e representam bem os múltiplos interesses de particulares e suas classes sociais no jogo político.

De acordo com Motta (2013), as décadas de 1960 e 1970 representaram o auge da imprensa tradicional, no que se refere à circulação e vendas dos mais variados diários. Cabe mencionar os impressionantes números de vendas dos jornais, em torno de cinco milhões semanais, o que nos permite compreender a dimensão dos setores midiáticos do país e seu poder rente à opinião pública.

Em meados de 1964, à medida que as questões ideológicas foram se exacerbando, percebe-se que João Goulart aproxima-se de grupos pertencentes a ala radical da esquerda, tal inclinação, por sua vez, promove uma ruptura explícita no discurso da imprensa e a guinada de forças políticas moderadas contra Jango e o comunismo vigente na sociedade. Em 1964, especialmente nas últimas semanas de março, as agitações presentes na esfera política tomaram os principais espaços nos jornais do país.

O que se percebia era uma queda de braço entre governistas – representados por setores nacionalistas e de esquerdas – contra as elites conservadoras do país, representadas pelos seguintes grupos: setores políticos (ala conservadora), econômicos (latifundiários e empresários) e instituições religiosas – leia-se alto escalão da Igreja Católica –. É perceptível que o quadro de incertezas em relação aos rumos do governo João Goulart fora comprometido, intensamente, pela “Revolta dos Marinheiros”³³, de 26 de março de 1964.

³² Veja: JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 213-230.

³³ O movimento liderado por Cabo Anselmo foi tido pela imprensa como o apogeu da tal desordem vigente, e, tendo em vista o restabelecimento da ordem e hierarquia, foi aclamada então a intervenção das Forças Armadas pelos setores midiáticos brasileiros.

É válido destacar que antes das crises oriundas do Governo Goulart, o ativismo político do complexo IPES³⁴/IBAD³⁵ já eram bem conhecidos. Desde o período anterior as eleições de 1962, se percebiam programas radiofônicos, televisivos, campanhas publicitárias e etc., produzidas ou patrocinadas por tais instituições com o intuito de estimular a aversão ao comunismo e ao bloco populista vigente.

No decorrer do Governo Goulart forjaram-se também outros mecanismos de oposição que agiram de maneira decisiva, como, por exemplo, a *Rede da Democracia*. Tal instituição foi na verdade um arranjo entre os principais meios jornalísticos do país – O Globo, Diários Associados e Jornal do Brasil – que, unidos, foram também um dos responsáveis pela destituição do governo João Goulart (SILVA, 2008).

Para tratar da imprensa paraibana dialogaremos com Oliveira³⁶ (2017). A historiadora analisou os impactos das manchetes anticomunistas em dois importantes jornais paraibanos, eles são: Correio da Paraíba, situado em João Pessoa, e Diário da Borborema, localizado em Campina Grande. Conforme a própria: “[...] foi possível identificar os principais responsáveis pela difusão de valores ligados a cultura, política, comércio e economia, isso nos possibilitou a identificação de possíveis agentes que auxiliaram no combate ao comunismo em terras paraibanas” (OLIVEIRA, 2017, p.17). Percebe-se que a indústria anticomunista foi levada a sério, além de ser largamente difundida no país.

De acordo com Oliveira (2017), existiam diversos grupos anticomunistas, com destaque para setores midiáticos e religiosos. Todavia, ela salienta que não é possível afirmar que a população nutria um sentimento anticomunista. Nesse sentido:

[...] não podemos aceitar formulações tais como "a opinião pública pensa isto", "deseja aquilo" etc., cuja utilização, frequente aliás, pelos políticos em particular, esconde sobretudo uma vontade de dissimular as próprias escolhas por trás daquelas tomadas de empréstimo da opinião pública. (BECKER, 2003, p.190)

Sabe-se que a influência da Igreja e da mídia – que utilizavam seus lugares de poder e promoviam discursos desconcertantes em relação ao comunismo e seus aspectos

³⁴ Fundado em 1962, O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais foi um dos principais mecanismos de oposição ao governo João Goulart e ao comunismo. Destaca-se sua atuação através de palestras, livretos e financiamento de entidades sociopolíticas contrárias ao governo. Sua influencia rente aos setores midiáticos e de opinião pública merece também destaque. (FERREIRA, 2003).

³⁵ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática financiou campanhas de políticos conservadores na campanha de 1962, com o intuito de lançar ao congresso políticos que representassem os interesses do capital estrangeiro e fossem contrárias as medidas de esquerda do governo João Goulart. (FERREIRA, 2003).

³⁶ Recomenda-se: OLIVEIRA, Amélia Neta Diniz de. O espectro vermelho: o anticomunismo em jornais paraibanos (1960-1964) [manuscrito] / Amélia Neta Diniz de Oliveira. – 2017. P.53.

fantasmagóricos – contribuíram significativamente para incentivar a aversão social rente ao “perigo vermelho” que circulava. Vejamos, por exemplo, o caso do Diário da Borborema.

Em meados de 1957, O Diário da Borborema se consolidava como um dos principais veículos de divulgação de notícia e formação de opinião pública em toda Campina Grande. Sobre o pressuposto de defesa da democracia, tal empresa midiática, que tinha em sua dianteira o magnata Assis Chateaubriand, levou – durante cerca 55 anos – notícias variadas aos residentes da “Rainha da Borborema” (OLIVEIRA, 2017).

Dentre suas manchetes, percebiam-se suas duras críticas ao governo Jango e sua postura de aversão e combate ao comunismo. O Diário da Borborema³⁷ (1957-2012), contava com a poderosa escrita de jornalistas profissionais, intelectuais, poetas e religiosos, o que tornava seus periódicos renomados e incisivos no meio político-social (OLIVEIRA, 2017).

É com a chegada de João Goulart ao poder que, Chatô, aproveita-se do momento para acirrar suas críticas ao regime cubano “[...] Através de um editorial que circulou no dia 27 de outubro, intitulado de: ‘A Violência, corrupção, mentira, servem para disfarçar o fracasso do regime cubano imposto por Fidel Castro’.” (Oliveira, 2017, p. 37). No ano seguinte, contudo, percebe-se certa calma na relação conflituosa do periódico com o governo.

Em meados de 1963, o jornal volta a exercer sua postura anticomunista quando destacava que o perigo vermelho teria sido erradicado das eleições municipais de 1963. Estas declarações são provenientes das cassações das candidaturas de José Pereira – conhecido como “Peba” – e do seu vice, Manoel Monteiro. Os candidatos faziam parte da legenda do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e eram taxados de comunistas (OLIVEIRA, 2017).

Segundo Oliveira (2017), após o pronunciamento de João Goulart em relação às famigeradas reformas de base, Chatô tratou de expor sua indignação em relação ao mandatário da nação e escreveu o artigo intitulado de “Um Possesso do Demônio Vermelho” em que destaca:

Nem o capitão Luiz Carlos Prestes se utiliza de linguagem do subúrbio moscovita com mais adequação... Pego sentenças soltas de uma paspalhice nacional, os princípios de fé se perderam. E, por aí segue-se um rol de sentenças que outra causa não são senão manifestações do Fidelismo na capadoçagem sindicalista. Por fim, traz o senhor João Goulart uma solidariedade insofismável ao movimento que responde pela derrocada das instituições vigentes... Por fim a reforma agrária dos Comunistas, endossada pelo presidente João Goulart é uma perfeita estultícia... Se o Sr. João Goulart não estivesse por conta dos soviets de pelegas e quisesse de fato

³⁷ A pesquisa realizada por Oliveira (2017) trata de analisar, com mais intensidade, artigos produzidos pelo diretor do matutino, Assis Chateaubriand, que sobre o pseudônimo de “Chatô”, escrevia sobre questões políticas nacionais e internacionais. A coluna “Por este Mundo Além”, escrita por Antônio Barros Pontes, também é alvo de análise. Em nossa pesquisa, contudo, manteremos o nosso foco de análise nos posicionamentos de Chateaubriand.

começar a transformação rural do Brasil. Seria suficiente expelir da Alvaroda a Corja Vermelha e entregar-se aos chefes fabulosos daquelas duas organizações. A terra não pode ser conquistada com golpes de malandros, e com o investimento econômico- social que reage bravamente, aos processos de aventureirismo descarado, como este que o presidente Goulart se constituiu o Paladino. (CHATEAUBRIAND, 1963, p. 4. *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 38)

Dentre suas visitas ao nordeste brasileiro, Chatô tratou de relatar seu repulso visto à presença do comunismo na Igreja (OLIVEIRA, 2017). O magnata da imprensa, por sua vez, publicaria o artigo intitulado de: *A insuficiência mental e moral da parte do clero que apoia Fidel*. Nesse sentido:

Não tenho clemencia com os pregadores marxistas, sejam eles culposos sem malícia, por estupidez ou com malícia para servir a um credo político ímpio, portanto incompatível com os princípios de sua religião. Se o membro de sua igreja tem ligações com Marx [...] A vossa igreja conduz-se com uma lentidão exasperante no emprego drástico dos mais repressivos ou simples da polícia. Os padres vermelhos, vários deles estão municiados de preias e estações de rádio que Juscelino lhes deu de mão beijada. Tem convenio com os marxistas que são agentes de Fidel Castro. Em subvencionados gordamente pelo ex ministro da educação e continuam a ser pagos pelo governo de Cuba. (CHATEAUBRIAND, 1964, p. 4 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 40)

Consideramos, visto os artigos citados, que Assis Chateaubriand³⁸ e sua empresa midiática, o *Diário da Borborema*, desempenharam uma postura política ativa e combativa frente ao comunismo e ao governo Goulart. Destacamos que no dia 1 de abril de 1964, como realça Oliveira (2017, p. 40), o periódico campinense tratava apenas de alertar seus leitores “Sobre o clima de instabilidade no Brasil, que já fora vivenciado em outros países comunistas. Portanto, fiquemos vigilantes, para que nossa pátria, não caia na escuridão de tais países, é preciso que lutemos, por nossos direitos”. (DIÁRIO DA BORBOREMA, 1 de Abril de 1964 *apud* Oliveira, 2017, pág.40). Sobre o golpe civil militar não se tem notícias.

O periódico parecia ignorar a situação do país e, de maneira presunçosa, optou por focar suas atenções nos preparativos para as festividades do centenário de Campina Grande. Para finalizarmos nossa análise sobre *O Diário da Borborema*, destacamos os dizeres de Aguiar³⁹ (2014):

³⁸ Empresário, político e jornalista paraibano. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo possuiu um império jornalístico - os Diários Associados -. Em tal rede reunia-se dezenas de jornais, revistas e estações de rádio.

³⁹ Ver: AGUIAR, Joabe Barbosa. “Cassar e caçar”: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. Revista Paraibana de História, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014. ANPUH-PB – p.56-73.

O apoio do Diário da Borborema não ficou restrito às manchetes e aos discursos nas páginas do jornal, foi além, “tomou para si a tarefa de conclamar a população para a Marcha da Família com Deus pela Liberdade” (Diário da Borborema, 11 abr. 1964, p. 07). Diferentemente da marcha ocorrida em São Paulo, motivada pela oposição à política populista e ao comunismo, em solo campinense, assim como ocorria em outras cidades, a marcha visava demonstrar o apoio ao golpe militar de março. (AGUIAR, 2014, p. 60)

O jornal Correio da Paraíba, criado em 1955, circulava ativamente em toda capital paraibana em meados de 1964, por isso mesmo tratava-se do periódico mais lido do estado. O Correio da Paraíba também foi alvo de análise de Oliveira (2017), e, segundo a mesma, o periódico não disponibiliza de números expressivos de manchetes a respeito de eventos políticos ocorridos na Paraíba, inclusive no que diz respeito as questões políticas pessoais⁴⁰.

De acordo com Nunes (2014), setores midiáticos, por exemplo, *O Correio da Paraíba* e *O Norte*, através de seus respectivos colunistas, justificavam o empreendimento “revolucionário” militar visto situação de baderna e insuficiência administrativa presente no governo João Goulart. Manchetes que destacavam o papel patriótico – leia-se heróico – das forças armadas circularam por todo estado paraibano.

2.4 Política paraibana: ações de legitimação e expurgo político.

Como foi discutido, de início, a História política estabeleceu conexões com outras ciências, por exemplo, matemática, linguística, psicologia, ciência política e etc, e visto essa interdisciplinaridade, percebe-se a importação do conceito de cultura política. A cultura política terá seu apogeu na França, em meados de 1970 a 1980, no Brasil, por exemplo, o conceito foi apropriado pelos historiadores no mesmo período (SOBREIRA, 2016).

Segundo Berstein (1998, p. 350 *apud* SOBREIRA 2016, p. 22) é possível considera-lá: “Uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio do partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política.” Conforme Sobreira⁴¹ (2016), a cultura política pode ser, de acordo Berstein, compreendida como

⁴⁰ Nesse sentido: “Entre as [os] inúmeros eventos estampados nas páginas deste jornal podemos destacar as chamadas para os tão aclamados concursos de beleza, festas nos clubes da capital, e um ou outro evento no campo da política, como convenções partidárias, estes eram permanentes nos cadernos analisados. Todavia não faltavam espaço para as propagandas de eletrodomésticos, remédios milagrosos, que curavam desde males físicos a males da alma” (OLIVEIRA, 2017, p. 47).

⁴¹ Utilizamos sua dissertação de mestrado de título: Para além do "sim, senhor": A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969), Ano de Obtenção: 2016. Para compreendermos o conceito de cultura política.

conjunto de representações, ideologias e tradições, que permitem ao historiador a compreensão de uma determinada sociedade e de suas conexões políticas.

É possível entendermos, por exemplo, que para se estabelecer uma cultura política predominante na sociedade, visto uma pluralidade de culturas políticas existentes, se faz necessário instituições que as traduzam do campo ideológico para o prático, por exemplo: família, escola, igrejas e partidos políticos e etc (SOBREIRA, 2016).

Para Bourdieu (1988) instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, através da política, favorecem a instauração e legitimação de uma classe sobre outra, impondo, assim, uma domesticação dos dominados. Considerando que as classes dominantes do país controlavam a maior parte dos meios citados anteriormente, elas favoreciam a introdução de uma cultura política anticomunista e antipopulista na sociedade. Entendemos que o uso da política – em suma a serviço das classes dominantes e conservadoras do país – serviu também para legalizar o projeto (contra) revolucionário civil-militar de 1964. No Estado da Paraíba, por exemplo, não foi diferente.

No dia 1 de abril de 1964, boa parte dos governadores dos 26 estados brasileiros aderiu ao golpe instituído pelos militares, salve os chefes de estados do Amazonas, Amapá e Rio Grande do Sul, por exemplo. No estado da Paraíba, dentro do quadro de efervescência, percebe-se pressões de partidários da “revolução” para que o governo declarasse apoio ao movimento do dia 31 de março. O governador da Paraíba, Pedro Moreno Gondim⁴², relutava em tomar partido frente ao antagonismo presente. Contudo, Gondim declarou-se favorável ao projeto civil-militar após a consumação do ato. Conforme Cittadino (1988, p.100 e segs. apud NUNES, 2009, p.8):

[...] percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elabora uma nota de apoio ao movimento golpista [...].”(CITTADINO, 1988, p.100 e segs. *apud* NUNES, 2009, p.8)

Anteriormente ao dia 31 de março de 1964, Pedro Moreno Gondim, por vezes, demonstrou simpatia pela figura política de João Goulart, fosse atuando na campanha da

⁴² Pedro Moreno Gondim – Partido Democrata Cristão (PDC) – venceu as eleições de 1960, após um pleito eleitoral acirrado no qual derrotou Janduy Carneiro – Partido Social Democrático (PSD). Contando com suporte das camadas médias e populares, Gondim deu sequência ao seu projeto populista e manteve apoio aos movimentos sociais e condescendência as manifestações esboçadas pelas Ligas Camponesas. (CITTADINO, 2014).

legalidade – defesa da posse constitucional de Jango – ou pela volta do presidencialismo durante o plebiscito convocado em 1963 (NUNES, 2009).

Mediante as reformas de base do governo Goulart, Pedro Gondim posicionou-se de modo favorável, chegando inclusive a defendê-las. Em vista o quadro sociopolítico paraibano – permeado pelas reivindicações das classes trabalhadoras e pressões das elites diregentes contra os movimentos sociais – Gondim opta por uma difícil postura política de conciliação rente aos ineteresses de classes (NUNES, 2009).

Essa conduta lhe rendeu sucessivas pressões e críticas de ambos os lados, especialmente no interior de sua coligação⁴³ (NUNES, 2009). Semelhante a João Goulart – salve devidas proporções – Pedro Gondim estava inserido no seio de duas forças antagônicas, porém seria responsabilidade do mesmo administrar a situação e governar no centro dessa disparidade.

Durante a fase inicial do seu governo, Pedro Moreno Gondim (1961 – 1963), opta por laços e alianças com as forças populares e da esquerda paraibana. No entanto, anteriormente ao golpe civil-militar do dia 31 de março de 1964, o administrador estatal já estava vinculado aos setores conservadores da sociedade paraibana. Tal alinhamento é oriundo de três razões: “Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito.” (NUNES, 2014, p. 87). Os movimentos citados anteriormente contribuíram para que Gondim estreitasse seus laços com setores dirigentes do Estado, rompendo, de tal modo, com a base popular que fora determinante para sua chegada ao poder antes do 31 de março.

Conforme Nunes (2014), no dia 1 de abril de 1964, depois de cobrado seu posicionamento e temeroso por sua sobrevivência política, o chefe de estado paraibano, auxiliado por Antônio Vital do Rêgo e Sílvio Porto, declara em nota oficial lida na rádio estatal a Tabajara o seu amplo apoio ao levante civil-militar. Nesse sentido:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo

⁴³ A base godinista era nutrida de alianças com forças patronais e conservadora, representadas pelos partidários da União Democrática Nacional (UDN), partido que encabeçava a chapa de Pedro Gondim.

autêntico da segurança nacional. O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranqüilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos. O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. (GONDIM, 1964 apud NUNES, 2014, p. 91-92)

Por esse ângulo o pronunciamento de Pedro Moreno Gondim representa a manutenção de seu mandato e de sua legalidade política, como ressalta Nunes (2014, p.92): “Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso”. Comprometido com seu mandato e interesses particulares, o governador paraibano vincula-se defidamente aos chefes militares.

Os demais segmentos políticos paraibanos evidenciaram situação similar às impostas ao governador, afinal, para tal setor social parecia haver duas condições específicas: legitimação ou cassação. Nos principais centros urbanos do Estado tivemos episódios que representam bem tais ocorridos, por exemplo: No planalto da Borborema, o prefeito campinense Newton Rique, que gozava de grande aceitação política rente aos seus correligionários e declarava-se partidário de Jango, Brizola e das reformas de base, foi pego de surpresa com a cassação do seu mandato no dia 14 de julho (AGUIAR, 2014).

Pesava contra o prefeito campinense sua cumplicidade com a política janguista; seu posto no diretório municipal do PTB – Partido de João Goulart e Leonel Brizola – e acusações de tentar promover um foco de resistência armada em Campina Grande (Aguiar, 2014). No município de Sousa o prefeito Antônio Mariz (PTB) se propôs a realizar um comício em praça pública destacando a situação política do país. Sua oposição frente aos últimos ocorridos resulta em sua prisão e cassação (NUNES, 2014).

Outros setores políticos do Estado abraçaram o golpe civil-militar nos momentos iniciais, como por exemplo: “A Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN), e a Câmara Municipal de João Pessoa, assim como vários outros setores da sociedade civil paraibana, apoiaram de imediato o golpe” (NUNES, 2014, p. 288). Com consciência ou não daquela decisão, percebe-se que a adesão de parte da comunidade política paraibana ao golpe contribuiu também com a incorporação de parte da sociedade civil ao movimento.

Compreendemos que a maioria da comunidade política paraibana aderiu e legitimou o golpe por opção própria ou por fatores circunstanciais, que implicariam, por exemplo, na

perca do mandato constitucional e dos direitos políticos, sucessivamente, na perseguição política. A “Operação Limpeza”, por exemplo, promovida pelos militares, contou com o apoio da comunidade política paraibana, que, inclusive, passou a promover cassações de correligionários considerados subversivos ou envolvidos nos movimentos sociais (NUNES, 2009). Por fim percebe-se que a doutrina castrense foi facilmente aplicada rente aos segmentos políticos e a “cultura do medo” foi instalada com êxito no Estado da Paraíba.

3 CONCLUSÃO

Percebemos que a tomada de poder realizada pelos militares e civis foi algo decorrente de fatores conjunturais, como por exemplo: crise econômica, fortalecimento dos movimentos sindicais e sociais, crise do sistema partidário, interesses capitalistas, conservação dos privilégios da elite dominante e, por fim, necessidade de conter avanços ideológicos considerados subversivos.

A radicalização de segmentos de direita e esquerda promoveu a condição de um estado pré-revolucionário, por isso mesmo, cabe pontuarmos que para os militares a quebra da hierarquia; da ordem social e a ameaça vermelha (Comunista), proporcionava o cenário ideal para a intervenção. Em defesa da democracia e atentando contra ela, o golpe civil-militar buscou impedir os avanços das políticas reformistas de João Goulart, por outro lado, observar-se o mantimento das antigas estruturas político-sociais em vigor.

Na Paraíba, por exemplo, o contexto de agitação sociopolítica possibilitou que setores políticos, midiáticos e religiosos atuassem na desestabilização de João Goulart e legitimação do projeto (contra) revolucionário militar de 1964. Condutas de oposição e combate ao comunismo foram exemplificadas durante nossa análise, especialmente nas alas conservadoras da Igreja Católica e da Imprensa tradicional paraibana. Movimentos político-sociais foram rotulados de comunistas e posto no descrédito por grupos reacionários e elitistas indispostos a perder privilégios ou espaço para ideologias diferentes. Foi possível captar também comportamentos de oposição ferrenha ao governo João Goulart através da análise da Imprensa paraibana, por outro lado, percebemos rupturas de políticos que se identificavam com Jango e suas reformas pós 31 de março.

Políticos locais optavam pela manutenção de suas liberdades políticas e sociais, porém na condição de apoiadores do golpe e do fim das liberdades democráticas. Outros, por sua vez, defenderam a constitucionalidade do mandato de Jango e acabaram sendo cassados pós-golpe. O golpe civil militar no Estado da Paraíba foi também o resultado de uma cultura

política elitista e conservadora nacional, desenvolvida por setores militares aliados aos interesses da elite orgânica e conservadora do país, associados, em suma, aos interesses dos capitais transnacionais. Destacamos que outros setores civis do Estado, por exemplo, intelectuais, estudantes, funcionários públicos, profissionais liberais e etc., também compartilham da responsabilidade pelo golpe de 1 de abril de 1964 e, inconscientemente, pelos infelizes 21 anos de ditadura militar que tivemos no país.

ABSTRACT

Sociopolitical excitement and ideological discordances were some of the elements present in the context and conjuration of the civil-military coup of 1964. Taking into consideration the plurality of agents and interests involved in this context, this work aims to analyze the Brazilian sociopolitical situation with the objective of understanding the articulations of sectors of the Catholic Church, of the traditional press, the political class in Paraíba and exemplify their respective anticommunist actions, oppositionists to João Goulart and / or legitimation of the civil-military coup of 1964 in Paraíba. The proposal is justified by the need to collaborate in the advancement of this historiographical debate and to emphasize the regional historiography and its efforts of progression. As sources for qualitative research, we use: articles, monographs, dissertations, books and so on were used. Our bibliographic foundation is based on Machado (1980), Reis Filho (2000), Dantas; Nunes and Silva (2014) that were fundamental to add basement to the theme of the research. Based on René Rémond's collection "For a Political History" (1988), and its guidelines on the political field and its (new) research objectives, we aim to conceive reflections on the socio-political agents evaluated and their respective contributions through the coup of 31 of March of 1964 in Paraíba. We believe that the gains will be transformed into more pleasant and productive classes for the students, especially for the students from Paraíba.

Keywords: Civil-military coup of 1964 in the State of Paraíba. Sociopolitical agents. Political History.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joabe Barbosa. **“Cassar e caçar”**: o golpe civil-militar de 1964 em Campina Grande. Revista Paraibana de História, ano I, n. 1, 2º semestre de 2014. ANPUH-PB – p.56-73.
- AZEVEDO, D. **A igreja católica e seu papel político no brasil**. estudos avançados, São Paulo, p. 109 - 120, 09 jun. 2004.
- BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 185-211.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.
- CITTADINO, M. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In: Dantas, Éder; Nunes, Paulo Giovanni Antonino; Silva, Rodrigo Freire de Carvalho e. (Org.). **Golpe civil militar e ditadura na Paraíba. História, memória e construção da cidadania**. 1. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v. , p. 13 - 32.
- COUTROT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 331 - 363.
- DAHÁS, Nashla. **O Comício Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil. (1961-1964)**. Rio de Janeiro: UERJ/CCS/IFCH/PPGH, 2010.
- DANTAS, Elder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. Organizadores. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. 344 p.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, NEVES, Lucilia de Almeida. **O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, 2010.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 432 – 462.
- FERREIRA, Jorge. **O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964**. In: Jorge Ferreira; Lucilia de Almeida Neves Delgado. (Org.). O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 343-425.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História (Impresso), São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.
- HIRSCH, R. A. D.; DREIFFUS, R. ; 1964: **A Conquista do Estado - Ação Política Poder e Golpe de Classe**.. PETROPOLIS: VOZES, 1981, p. 21-66.
- HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 213-230.

LANZA, Fabio. **Igreja Católica e ditadura militar (1964-1985) no Brasil: a memória dos bispos paulistanos sobre o golpe militar**. Texto apresentado no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidade e Cultura. UFGD: de Dourados – MS: abril, 2006 e no VII SEPECH – Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – UEL, Londrina PR: setembro, 2008.

MACHADO, Luiz Toledo. **Formação do Brasil e unidade nacional**. São Paulo, IBRASA, 1980.

MENEZES NETO, A. J. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra**. Cadernos do CRH (UFBA), v. 20, p. 331-342, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa (1964-69)**. Topoi (Rio de Janeiro), v. 14, p. 62-85, 2013.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe Civil-Militar na Paraíba: Repressão e Legitimação. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e.. (Org.). **Golpe Civil-Militar e Ditadura na Paraíba: História, Memória e Construção da Cidadania**. 1ªed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v. , p. 78-118.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **Os movimentos sociais, o governo Pedro Gondim e o golpe civil-militar na Paraíba**. In: ANPUH – XXV Simpósio nacional de história – Fortaleza, 2009.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **GOLPE CIVIL-MILITAR E REPRESSÃO NO IMEDIATO PÓS-GOLPE: OS CASOS DA PARAÍBA E MINAS GERAIS**. Cadernos de História, v. 15, p. 63-91, 2014.

OLIVEIRA, Amélia Neta Diniz de. **O espectro vermelho: o anticomunismo em jornais paraibanos (1960-1964)** [manuscrito] / Amélia Neta Diniz de Oliveira. – 2017. P.53.

PEÑARROCHA, Pere Petit ; VELARDE, J. C. **O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências**. Estudos Historicos (Rio de Janeiro), v. 25, p. 169-189, 2012.

POERNER, Arthur José, 1939 - **O poder jovem : história da participação política dos estudantes brasileiros**. 5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. VIEIRA, E. A.. A República Brasileira - 1964-1984. 14. ed. São Paulo-SP: Editora Moderna, 1985. v. 1. 72p

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003, p. 441-453.

RIBEIRO, G. D. Deus e as escolas nas ruas: A imprensa paraibana e as marchas pela 'revolução vitoriosa' nas cidades da Paraíba – 1964. In: **Revista Temas em Educação, João Pessoa**, v. 24, n. Especial, p. 132-148, 2015.

BACKER, Jean-Jacques. A opinião Pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003. p. 184-211.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação Política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964 a 1984**, Dissertação (Mestrado em História). Ano: 2007.

SILVA, Eduardo Gomes. **A Rede da Democracia e o golpe de 1964** / Eduardo Gomes Silva. – 2008. 147 f.

SILVA, Maria Auxiliadora Oliveira da. **EVANGELIZAR E POLITIZAR: o sentido da atuação da Igreja Católica com os sindicatos de trabalhadores rurais no Seridó potiguar (1964-1979)**, (Dissertação de Mestrado em História) Ano de Obtenção: 2007. p., 1 -136.

SOBREIRA, D. S. B.. O anticomunismo no A Imprensa: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba. In: Dantas, Eder; Nunes, Paulo Giovanni Antonino; Silva, Rodrigo Freire de Carvalho. (Org.). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: História, memória e construção da cidadania. 1ed.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v. 1, p. 33-61.

SOBREIRA, D. S. B. **Para além do "sim, senhor"**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969), Ano de Obtenção: 2016.

SOUZA, Luiz A. G. **As várias faces da Igreja Católica**. In: Estudos Avançados, 52:77-95, 2004.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1964 – 1984** / Evaldo Vieira. - - São Paulo: Ed. Moderna, 1985.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira** / Francisco Corrêa Weffort – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.